

Sumário

1. Introdução	1
2. Pessoas com Deficiência e Direitos Humanos: Traços Históricos e Avanços Normativos	9
2.1 Traços históricos da segregação social da pessoa com deficiência: avanços normativos e precedentes judiciais	9
2.2 Definição de pessoa com deficiência no Censo Demográfico do IBGE	21
2.3 A teoria do diálogo das fontes e a tutela das pessoas com deficiência privadas de liberdade	26
2.4 Proteção (inter)nacional das pessoas com deficiência no cárcere: avanços normativos	33
2.4.1 A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	39
2.4.2 Protocolo de San Salvador	56
2.4.3 Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas com Deficiência (Convenção da Guatemala)	60
2.4.4 Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos da Organização das Nações Unidas (Regras de Mandela)	68
2.4.5 Constituição Federal	74
2.4.6 Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	78
2.4.7 Outras normativas internas relacionadas ao direito humano à acessibilidade arquitetônica	83

2.4.8 Legislações estaduais - Situação do estado do Tocantins e experiências de outros estados.....	87
2.5 Precedentes judiciais relacionados ao direito à acessibilidade ...	100
2.5.1 Decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH).....	101
2.5.2 Corte Interamericana: Caso Furlan e familiares vs. Argentina.....	104
2.5.3 Corte Interamericana: Caso Chinchilla Sandoval vs. Guatemala.....	107
2.5.4 Brasil. Precedentes judiciais do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins relacionados ao direito humano à acessibilidade arquitetônica.....	112
3. Acessibilidade Arquitetônica e Inclusão no Sistema Penitenciário	119
3.1 Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal (Resolução CNPCP n.º 09/2011): flexibilização das regras pelo CNPCP, mutilação de direitos e a imperiosa necessidade do diálogo das fontes com as normas de proteção (inter)nacional de direitos humanos.....	120
3.2 Acessibilidade arquitetônica - ABNT NBR 9050.....	151
3.3 Dados do Infopen sobre as pessoas com deficiência privadas de liberdade no sistema penitenciário brasileiro e no Estado do Tocantins.....	164
3.4 Casa de Prisão Provisória de Palmas: o (des)controle da superlotação e a violação das diretrizes básicas para a arquitetura penal como fatores impeditivos ao direito humano à acessibilidade arquitetônica e ao cumprimento da pena de forma digna.....	185
3.5 Inclusão como forma de evitar a dupla punição: direitos das pessoas com deficiência privadas de liberdade	216

3.5.1 Acesso à justiça	218
3.5.2 Direito à educação	223
3.5.3 Direito à saúde	230
3.5.4 Direito ao trabalho	240
3.5.5 Direito à assistência social.....	242
3.5.6 Direito à assistência religiosa	246
3.5.7 Direito à tecnologia assistiva.....	253

4. Desafios, Perspectivas e Caminhos para a Superação do Panorama Atual e o Tratamento Humanizado da Pessoa com Deficiência Privada de Liberdade259

4.1 Responsabilidade do Poder Executivo na implementação das políticas públicas de acessibilidade arquitetônica e inclusão no sistema penitenciário.....	262
4.2 Papel do Poder Legislativo para a garantia da cidadania e do direito à acessibilidade arquitetônica no cárcere	266
4.3 A atuação do Poder Judiciário na efetivação das políticas públicas de acessibilidade arquitetônica no sistema penitenciário	275
4.4 Atuação dos órgãos de execução penal.....	295
4.4.1 Defensoria Pública e Ministério Público.....	300
4.4.2 A Defensoria Pública do Estado do Tocantins e a defesa do direito humano à acessibilidade arquitetônica na Casa de Prisão Provisória de Palmas	305
4.5 Educação em Direitos Humanos como um novo horizonte: capacitação dos órgãos de execução penal e servidores que atuam no sistema penitenciário	312
4.6 Incentivo à pesquisa científica para o desenvolvimento das acessibilidades.....	322

Conclusão	327
Referências.....	339
Glossário.....	387
ANEXO 1 – Portaria nº 24/2017 – Intervenção Parcial na Casa de Prisão Provisória de Palmas.....	391
ANEXO 2 – Controle de vagas da Unidades Penais do Tocantins (2019)	393
ANEXO 3 – Cronograma inicial de Reforma da Casa de Prisão Provisória de Palmas.....	395
ANEXO 4 – Ofício nº 193/SECIJU/2021 – Unidades Penais do Estado do Tocantins que atendem a NBR 9050	397
ANEXO 5 – Nota Pública de ex-conselheiras e ex-conselheiros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária sobre as novas regras para construção de estabelecimentos prisionais.....	399
ANEXO 6 - Relatório de Avaliação das Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal da Casa de Prisão Provisória de Palmas – Tocantins ((Processo S.E.I. n.º 21.0.000001891-8)	403